

A Etnobotânica na recuperação do conhecimento popular

Prof. Dr. Lin Chau Ming

Departamento de Produção Vegetal – Setor Horticultura

Faculdade de Ciências Agrônômicas - UNESP – Botucatu – SP

Email: linming@fca.unesp.br

*“Como a terra não pode ficar
nas mãos de uns poucos latifundiários,
os saberes têm de dar o seu sabor a todos.”*

Esther Pillar Grossi

Certa vez, convidado a ministrar um curso de Botânica em uma faculdade de Agronomia, no Paraná, pedi a um aluno que me trouxesse um pé de milho. O rapaz, novo ainda, talvez em seus vinte e poucos anos, saiu ao campo, meio correndo, pois, segundo ele, havia uma área próxima com essa cultura. Ao chegar, ofegando, entregou-me, feliz, certo do dever cumprido, a solicitada gramínea. Tal minha surpresa, o vegetal não era milho e sim, milheto, parente (meio) próximo de *Zea mays* L. De toda forma agradei ao rapaz pelo despreendimento e esforço físico, eu não faria tal empreitada em tão pouco tempo. Disse então, à classe que mesmo havendo modificações morfológicas, desenvolvidas ao longo de milhares de anos, fruto do intenso melhoramento realizado, (e que, creio, fizeram o estudante se enganar), o milho é uma cultura muito conhecida por todos aqueles que se iniciam ou se interessam pela Agronomia. E que de tão comum e familiar para praticamente todos os agricultores, agrônomos e estudantes aqui no Brasil, o milho seria conhecido apenas como sendo uma única espécie, quando na realidade há outras espécies de *Zea*.

A esse fato quero também associar um outro, ocorrido em Guadalajara, México, centro de origem de algumas importantes culturas alimentares, incluindo o milho, quando foi encontrada uma outra espécie, entouceirada e perene. Os pesquisadores começaram a pensar no valor daquela espécie, pois, imaginavam, poderiam incluir, a partir dos trabalhos em melhoramento genético, algumas características interessantes e comerciais desta para o milho e as empresas produtoras de sementes poderiam estar contabilizando milhões, talvez bilhões de dólares, com o “novo” vegetal.

A descoberta, na realidade, não era novidade, uma vez que a espécie estava sendo cultivada e mantida por agricultores tradicionais da região, interessados apenas em manter uma cultura que lhes garantisse o sustento da família, como uma espécie alimentar útil. Não estavam estes imbuídos de uma lógica de mercado, reproduziam apenas o que seus antepassados fizeram, ao longo de centenas (talvez milhares) de anos atrás.

Essa introdução dá uma pequena visão da importância de uma ciência que começa a se desenvolver no Brasil, a Etnobotânica, que procura estudar e entender as mais variadas

relações existentes entre as populações tradicionais e indígenas e as plantas nos locais onde vivem, em um equilíbrio dinâmico.

Cunhada em 1895, por Harshberger, que estudava indígenas americanos, esta ciência se desenvolveu ao longo dos anos, com várias demandas e enfoques e hoje, no Brasil, tenho certeza, representa uma importante ferramenta para a compreensão de diversos fatos referentes ao desenvolvimento e conservação de espécies úteis de populações que habitaram ou habitam todas as regiões brasileiras.

Digo isso porque, o Brasil, além de possuir a maior diversidade vegetal do planeta (representando um imenso potencial ainda não totalmente conhecido), distribuída em diferentes e fantásticos biomas em todo o território, também mantém e convive (muitas vezes de forma conflituosa) entre o maior número de comunidades indígenas do mundo, pouco mais de duzentos, conforme dados do Instituto Sócio Ambiental. Acrescento a isso, um sem número de outras populações, européias, africanas, asiáticas e outras, que aqui vieram em diferentes momentos de nossa colonização.

Essa combinação saudável, permitiu o desenvolvimento de uma infinidade de espécies vegetais, em diferentes tipos de sistemas de manejo e/ou cultivo, em regiões edafo-climáticas diversas, por populações humanas das mais variadas. O resultado disso? Ainda não é conhecido totalmente, há quase tudo a ser feito ainda, visando seu melhor conhecimento.

O primeiro registro etnográfico existente sobre plantas brasileiras foi feito por Caminha, em sua famosa carta de 01 de maio de 1500. Nela há citações expressas sobre algumas, das quais gostaria de destacar duas: o urucum e o inhame. A primeira espécie (*Bixa orellana*) foi referida como a utilizada pelos indígenas para pintar o corpo para rituais e proteção. Quem faz uma revisão botânica desta espécie verifica que ela é nativa de florestas tropicais da Amazônia mas que em 1500 fora encontrada no sul da Bahia. É algum erro de revisão? A única resposta a isso é entender o intenso e continuado processo de domesticação e intercâmbio de material vegetal pelos povos indígenas que habitavam o Brasil pré-Cabral. Sobre a segunda espécie, inhame, há controvérsias históricas, uma vez que Caminha cita que a espécie era de melhor sabor que as de Cabo Verde. Câmara Cascudo, em seu livro História da alimentação no Brasil, afirma que o inhame citado na carta era mandioca (*Manihot* spp), espécie que as populações européias e africanas conheceriam somente tempos depois. Outros autores, contudo, sugerem ser *Dioscorea* spp, *Colocasia* spp ou mesmo *Ipomoea batatas* (a nossa conhecida batata-doce). Tal questão ainda está longe de ser resolvida.

Outros registros etnográficos foram realizados por outros pesquisadores da época, em expedições (não somente portuguesas) que vieram ao Brasil nos séculos seguintes, contribuindo para uma melhor compreensão dos vegetais utilizados pelos indígenas brasileiros.

Nos dias de hoje, a Etnobotânica no Brasil apresenta algumas características e potencialidades. Dentro da grande gama de abordagens possíveis nos trabalhos etnobotânicos, uma que adquire características de trabalho inicial, importantes também, é a abordagem utilitarista, que tem como principal resultado, o conhecimento das espécies utilizadas pelas pessoas das comunidades trabalhadas. Isso permitiu e permite que outras pessoas possam fazer uso de espécies que anteriormente não utilizavam, aumentando o leque de espécies úteis para os mais variados fins, como alimento, medicamentos, fibras, corantes, artesanato, construção, utensílios, etc. Como detentor de megadiversidade, o

Brasil não pode se dar ao luxo de desconhecer essas espécies, com risco de perdê-las, diante do desenfreado processo de desmatamento das florestas e outros biomas.

Como estratégia para uma mais segura política de segurança alimentar, essa abordagem etnobotânica pode contribuir intensamente, pois as mais diversas comunidades tradicionais, em todo o território brasileiro, conhecem outras espécies usadas como alimentos. Não se pode aceitar que a base alimentar no mundo e em particular no Brasil, fique restrita a apenas algumas dezenas de espécies vegetais ou que as fontes de amido se restrinjam a uma meia dúzia de espécies. Há um risco iminente, caso alguma doença ou catástrofe ocorra em algumas dessas espécies, podendo comprometer a sobrevivência humana.

Há também o registro de espécies medicinais, utilizadas porque possibilitam o tratamento de enfermidades que não se conhecem cura ou porque medicamentos sintetizados apresentem efeitos colaterais. São inúmeros os exemplos de medicamentos desenvolvidos a partir do conhecimento tradicional ou indígena e que nos dias de hoje são intensamente utilizados pela medicina moderna ocidental.

Mas o conhecimento tradicional não se limita apenas ao uso das plantas. Há um processo verificado nos sistemas de domesticação e/ou manejo de plantas, desde tempos remotos e ainda acontecendo.

A pupunha é conhecida por ser uma espécie que apresenta uma grande variabilidade em relação a cor, sabor e conteúdo dos frutos, além da presença ou ausência de espinhos no caule. Tais variações foram, segundo estudo de Clement, realizadas por populações indígenas centenas ou milhares de anos atrás e hoje somos beneficiários desse demorado trabalho. O exemplo do urucum também mostra essa característica.

Posey documentou com maestria o processo, forçado, de competição intraespecífica, no cultivo de inhame (*Dioscorea* spp) por indígenas Kayapó. Os índios Kayabi, conhecidos por cultivar diferentes espécies/variedades de amendoim, promovem uma técnica particular há centenas de anos, produzindo hoje, um sistema adequado para suas necessidades. Técnicas agroflorestais são utilizadas para a produção harmoniosa de diferentes espécies. Há ainda os *apêê*, ou terra preta dos índios, que são áreas manejadas por indígenas visando melhorar a fertilidade do solo para plantio de espécies úteis. Os sistemas de agricultura de coivara, desenvolvidos pelos índios, são utilizados em praticamente todo o país, em áreas de produção familiar.

Ou seja, as modificações realizadas pelos indígenas, ao longo dos séculos, permitiram aos antropólogos e outros pesquisadores afirmar que há a existência do que denominaram de “florestas culturais”, ou seja, modificações antropogênicas realizadas por populações indígenas que acabaram por modificar fortemente a estrutura da floresta. Balée estima que cerca de 12% da floresta amazônica seja fruto desse trabalho. Outras evidências também são observadas em outras formações florestais no Brasil.

Associada a esse enfoque, há ainda os aspectos da conservação. As comunidades tradicionais, conservam, em seu próprio e específico processo de manejo, as mais diferentes espécies úteis. A utilização de tecnologias agrícolas menos agressiva por essas comunidades, permitiu a conservação das florestas e/ou de espécies úteis. As regiões de Mata Atlântica na região do vale da Ribeira em São Paulo e na divisa com o Paraná, as porções mais bem conservadas desse ameaçado bioma, são exemplos dessa interação entre comunidades tradicionais/conservação do ambiente. O conhecimento dessas tecnologias é fundamental para que sejam estabelecidas propostas de políticas públicas visando o desenvolvimento sustentável dessas regiões e suas populações.

Há ainda outros aspectos culturais no trabalho etnobotânico. Nomes populares de plantas apresentam dentro de si, informações muito interessantes. Erva-de-lagarto, milho-de-cobra, batata-de-teiú, batata-de-jacuraru são alguns nomes dados a espécies medicinais utilizadas para combater picadas de cobra. A existência do mito (cobra/lagarto), arraigado em diversas comunidades tradicionais no Brasil, dá algumas referências para a utilização dessas plantas, que são sistematicamente utilizadas para essa mesma finalidade.

São utilizados ainda, inúmeros nomes populares de origem indígena. Elas mostram diferentes características ambientais, morfológicas, de uso, etc, que poderiam contribuir para uma melhor compreensão das coisas nos dias de hoje.

Curitiba, significa em guarani, local onde há muitos pinheiros, caracterizando uma região exuberante e rica dessa espécie dentro da Floresta de Araucária. Em São Paulo, há o bairro Cambuci, referindo-se a uma espécie da família Myrtaceae, existente no local na época da formação do bairro, (cujos frutos na forma de disco, são excelentes para sucos e refrescos), mas que, infelizmente, está praticamente extinta nos dias de hoje.

Longe de apenas ser curiosidade cultural, essas informações são úteis também em outros aspectos importantes na vida de uma sociedade. Com certeza, os governantes militares, nos anos 70, não levaram isso em consideração quando construíram o aeroporto internacional de São Paulo em Guarulhos. Cumbica significa local com grande ocorrência de nevoeiro...

Na Etnobotânica há também a preocupação, cada vez mais frequente, de se estar levando em consideração, como ação necessária, a participação ativa das comunidades, o retorno dos trabalhos a quem deu as informações e também o reconhecimento de seus direitos de propriedade intelectual. Baseados na Convenção da Biodiversidade, em 1992, e seguindo suas recomendações, esses aspectos são essenciais para que o estudo não fique apenas em seu caráter acadêmico, passando a ter uma conotação mais apropriada aos interesses reais das comunidades.

Algumas ações têm sido realizadas para atender a essas preocupações. Com o cada vez maior nível de organização das comunidades tradicionais e indígenas, a negociação entre as partes é uma etapa inicial fundamental, para o estabelecimento das linhas básicas dos trabalhos e seus resultados. A publicação de trabalhos em co-autoria com membros das comunidades, a realização de cursos de formação e/ou capacitação, a promoção de ações de fomento e educação são apenas algumas das propostas em andamento para que a inserção com as comunidades seja a mais adequada e comprometida.

As comunidades tradicionais e indígenas são detentoras de um vasto conhecimento sobre as plantas e seu ambiente. Saber respeitá-las, conhecê-las e estudá-las serão fundamentais para que no futuro, as florestas não sejam mais ameaçadas, a diversidade vegetal possa ser conservada, a comunidades respeitadas em seu modo de vida e que nossos filhos ainda possam fazer atividades lúdicas e que eles tenham também outras histórias para contar para seus filhos.